

Fls	120
Rública:_	e

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

#### **EDITAL**

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2394/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2018 MENOR PREÇO GLOBAL RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

Referência: PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018

Razão Social:	
CNPJ n°:	
Endereço:	
Cidade:	Estado:
Cep:	_
E-Mail:	Telefone/Fax:
Pessoa para contato:	
Recebemos cópia do inst	rumento convocatório da licitação acima identificada.
Local	, de de 2018.
	Assinatura

Sr. Licitante,

Visando à comunicação futura entre a Prefeitura de Sidrolândia-MS e essa empresa, solicito que Vossa Senhoria preencha o recibo de retirada do edital e remeta ao Pregoeiro, por intermédio do email licitacaopmsidrolandia@gmail.com.

A não remessa do recibo exime o Pregoeiro da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, e de quaisquer informações adicionais.





Fls	121
Rública:_	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

#### **EDITAL**

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2394/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2018 MENOR PREÇO GLOBAL

**OBJETO:** O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Transporte escolar de alunos da Rede Municipal, referente a linha Fazenda Cruzeiro - Sidrolândia, durante os dias letivos do ano de 2018, conforme Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação de acordo com o Mapa da linha e sua respectiva quilometragem, constante no Anexo VIII deste edital.

DATA DA ABERTURA: 18 de Setembro de 2018 as 08:00 horas.

#### **PREÂMBULO**

- 1- DA REGÊNCIA
- 2 DO OBJETO
- 3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 4 DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES
- 5 DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES
- 6 DA PROPOSTA
- 7 DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
- 8 DA HABILITAÇÃO E SEU JULGAMENTO
- 9 DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO
- 10 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 11 DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS
- 12 DO FORNECIMENTO, DO LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.
- 13 DA CONTRATAÇÃO
- 14 DO PREÇO E REVISÃO
- 15 DO PAGAMENTO
- 16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 17 DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO
- 18 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- Anexo I Termo de Referência Especificações;
- Anexo II Formulário Padronizado de Proposta;
- Anexo III Declaração de Habilitação;
- Anexo IV Declaração de Fatos Supervenientes Impeditivos;
- Anexo V Declaração nos termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da CF/88;
- Anexo VI Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação;
- Anexo VII Declaração de aceite do teor completo do edital;
- Anexo VIII declaração individualizada de responsável técnico;



Fls	122
Rública:_	0

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- Anexo IX Declaração de apresentação de Apólice de Seguro contra acidentes para os funcionários;
- Anexo X Apresentação de cópia do Registro dos Funcionários que exercerão as atividades;
- Anexo XI Atestado de visita técnica;
- Anexo XII Declaração de disponibilidade de Equipamentos e Maquinas;
- Anexo XIII Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo XIV Minuta do Contrato.



Fls	123
Rública:_	0

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018 - REGISTRO DE PREÇOS MENOR PRECO PO ITEM

**O MUNICIPIO DE SIDROLÂNDIA**, através do Departamento de Licitação e Compras, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº. 768/2018, publicada no Diário Oficial do Município, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **menor preço por item** visando formar o Sistema de Registro de Preços da Administração Pública Municipal para contratações futuras e de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

A abertura da sessão inicial do processo licitatório acontecerá às **08:00** horas do dia 18 de Setembro de 2018, na sala de reunião do Departamento de Licitação e Compras, na Rua São Paulo, nº 964, centro, CEP 79.170-000, Sidrolândia-MS.

Caso a sessão pública de Pregão não seja finalizada até as 17:00 hs da data prevista acima, o Pregoeiro marcará para o dia seguinte a continuação da sessão pública a partir das 07:30 hs, no mesmo endereço.

Os respectivos horários poderão sofrer alterações em virtude do desenvolvimento da Sessão. O Pregoeiro informará previamente a mudança dos horários para ciência de todos os participantes.

Telefone para contato e esclarecimentos sobre o edital: (67) 3272-7400, das 7h00min às 11h00min. Os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" deverão ser entregues, devidamente fechados, na data, horário e local, abaixo indicados, onde far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão:

LOCAL: Prefeitura de Sidrolândia, Rua São Paulo, Nº 964, Centro

DATA: 18/09/2018 HORÁRIO: 08:00 hs

Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

O Edital poderá ser obtido, no endereço supracitado, mediante o recolhimento de guia a ser retirado no Departamento de Cadastro e Tributação, localizado à Rua Santa Catarina nº 244 no valor de R\$ 30,00 (trinta reais), sendo este o custo da reprodução, ou também poderá ser visualizado e baixado no Site da Prefeitura Municipal, htpp://www.sidrolandia.ms.gov.br/ no link "licitações".



Fls	124
Rública:_	0

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

#### 1. DA REGÊNCIA LEGAL

- 1.1. Lei Federal nº 8.666/93 e alterações;
- 1.2. Lei Federal nº 10.520/02;
- 1.3. Lei Federal nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor;
- 1.4. Lei Complementar nº 123/06;
- 1.5. Lei Complementar nº 147/2014
- 1.6. Decreto Municipal nº 100/2013;
- 1.7. Decreto Municipal nº 101/2013;
- 1.8. Demais disposições contidas neste Edital.

#### 2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- **2.1.** O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Transporte escolar de alunos da Rede Municipal, referente a linha Fazenda Cruzeiro Sidrolândia, durante os dias letivos do ano de 2018, conforme Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação de acordo com o Mapa da linha e sua respectiva quilometragem, constante no Anexo VIII deste edital.
- **2.2** Os ônibus e/ou veículos ofertados para o transporte deverão estar em boas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente, de acordo com o art. 136 e 137 do CTB Código Nacional de Trânsito Lei n° 9.503, de 23.09.97 e o manual DETRAN Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul.
- **2.3** Os ônibus e/ou veículos poderão ser adaptados para acomodar a quantidade necessária de alunos em cada linha, desde que seja respeitada a legislação pertinente.
- **2.4** Os veículos a serem ofertados deverão ter por ano de fabricação de máximo 14 (quatorze) anos;
- **2.5.** O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas neste edital.
- **2.6.** A quantidade constante do Anexo II é para efeito de registro por unidade de preço.
- **2.7**. Os preços registrados neste procedimento terão validade de 12 (doze) meses, partir da data de publicação do extrato da Ata de Registro de Precos.



FIS.	25
Rública:	6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

#### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:
- 3.1.1 Detenha atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 3.1.2 Atenda aos requisitos e exigências constantes deste Edital e seus anexos;
- 3.2 Não poderão concorrer neste Pregão:
- 3.2.1 Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- **3.2.2 –** Empresa que esteja suspensa de participar de licitação realizada pelo Município de Sidrolândia MS.
- **3.2.3 –** Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- **3.2.4** Direta ou indiretamente, empresa ou firma mercantil individual constituída por servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do art. 9°, Inciso III, da Lei Federal n° 8.666/93;
- **3.3** Será obrigatório o seguro contra acidentes para todos os passageiros e condutores dos ônibus e/ou veículos, prevendo no mínimo cobertura por morte acidental R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e cobertura por invalidez por acidente R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- **3.4** A execução dos serviços deverá adequar-se ao pleno atendimento dos usuários, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e cortesia na sua prestação.
- **3.5** O licitante vencedor de cada linha responderá pela segurança do transporte, sendo de sua responsabilidade qualquer dano ocorrido com os passageiros e condutores, durante o percurso.
- **3.6** A empresa participante, através de seu representante legal, deverá solicitar atestado de visita para conhecer o percurso onde serão executados os serviços, mediante requerimento no Setor de Protocolo endereçado à Secretaria Municipal de Educação, até o dia **13 de Setembro de 2018**.
- **3.7** A Secretaria Municipal de Educação fornecerá à empresa participante, **Atestado de Visita,** declarando que a mesma tem pleno conhecimento do percurso a ser executado. Devendo agendar a visita com as empresas participantes.



Fls	126
Rública:_	6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

**3.8** - O Pregoeiro e a equipe de apoio não autenticarão cópias de documentos autenticados em cartório, somente cópia de documentos acompanhados de seu respectivo ORIGINAL para cotejo da mesma.

- **3.9** Cópias autenticadas em cartório NÃO serão consideradas documentos "originais".
- **3.10 –** As autenticações só serão feitas até o último dia útil de expediente anterior à data da licitação.
- **3.11 -** O Pregoeiro não autenticará documentos na data do presente certame.

#### 4. DO CREDENCIAMENTO

- **4.1** Para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, a licitante deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação, respondendo este pela representada, devendo, ainda, no horário indicado no preâmbulo deste Edital, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.
- **4.2 -** O <u>credenciamento</u> far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- **4.2.1 No caso de diretor, sócio ou proprietário da empresa licitante** que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação: de ato constitutivo, estatuto ou contrato social, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso (cópia autenticada na forma do subitem 8.4), caso em que o Pregoeiro poderá autenticar a partir do original, no momento do credenciamento.
- **4.2.2 Tratando-se de procurador** deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- **4.2.3** Cada **credenciado** poderá representar apenas uma licitante, salvo, nos casos de representação para itens distintos.
- **4.3** No momento do credenciamento deverá ser apresentada Declaração de Habilitação conforme Anexo III, e de acordo com o inciso VII, artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos



Fls	127
Rública:_	6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

da habilitação, podendo o credenciado ou representante preencher a declaração no momento da abertura da sessão.

- **4.4 -** A empresa licitante somente poderá se pronunciar através de seu representante credenciado e ficará obrigada pelas declarações e manifestações do mesmo.
- **4.5** O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro e Equipe de Apoio ou cujo documento de credenciamento esteja irregular, ficará impedido de participar das fases de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes Proposta ou Documentação relativa a este Pregão, caso em que será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- **4.6.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar nº 123/06 e devido à necessidade de identificação pelo Pregoeiro, deverão credenciar-se acrescidas das expressões "ME" ou "EPP" à sua firma ou denominação e Comprovarem a condição de optante pelo simples nacional através de certificado emitido pelo endereço eletrônico: <a href="http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21">http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21</a>, a ser expedido em data não superior a 30 (trinta) dias ou através de Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da licitante, comprovando a condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- **4.6.1** O descumprimento do disposto acima, sem prejuízo das sanções cabíveis, caracterizará renúncia expressa e consciente, desobrigando o Pregoeiro, dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06 aplicáveis ao presente certame;
- 4.7. O representante poderá ser substituído por outro devidamente cadastrado;
- 4.8. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante;
- **4.9.** A não apresentação ou a não incorporação do documento de credenciamento não inabilitara a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela mesma.
- **4.10.** Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, devendo estar ciente que estará renunciando a fase de lance, de negociação e a interposição de recursos.

#### 5. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

**5.1** – Até o dia, horário e local fixados no preâmbulo deste Edital, a licitante deverá apresentar à Equipe de Apoio, juntamente com a Declaração de Habilitação



Fls.	128	Velice;
Rública:_	E	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

(conforme Anexo III), a proposta escrita e a documentação, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social do licitante, se os mesmos não forem timbrados, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA-MS PREGĂO PRESENCIAL Nº 60/2018 REGISTRO DE PREÇOS ENVELOPE PROPOSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA-MS PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018 REGISTRO DE PREÇOS ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO

#### 6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- **6.1** A proposta contida no Envelope Proposta deverá ser apresentada com as seguintes informações e características:
- **6.1.1** Emitida por computador ou datilografada, de preferência, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas, vedadas cotações alternativas.
- **6.1.2** A licitante deverá apresentar o preço unitário por km rodado, conforme Anexo II deste Edital, e ao final com a indicação do total geral da proposta, em algarismo ou por extenso, sob pena de desclassificação da proposta.
- **6.1.3** Somente serão aceitos preços cotados em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos arábicos.
- 6.1.4 Os preços deverão ser cotados com apenas duas casas decimais.
- **6.1.5** O valor proposto deverá respeitar os parâmetros do mercado, sendo que será aferido após a realização do certame licitatório, através de cálculos a serem realizados por técnicos da prefeitura, onde será ou não aceito para efeito de adjudicação, homologação e contratação com o Município de Sidrolândia.
- **6.1.6 -** A última folha deverá estar carimbada com o CNPJ/MF da empresa licitante.
- **6.1.7** Deve indicar o prazo de disponibilidade do veículo que deverá ser de no máximo 02 (dois) dias úteis, a partir da data da assinatura do Contrato.
- **6.1.8** Deve informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura dos envelopes de proposta.
- 6.1.9 O valor do item informado **DEVE SER INFERIOR OU IGUAL AO VALOR DE REFERÊNCIA DO RESPECTIVO ITEM,** conforme Anexo I deste Edital.



Fls	129
Rública:_	6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- **6.2** Caso os prazos estabelecidos nos subitens 6.1.7 e 6.1.8, não estejam indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos pela licitante para efeito de julgamento.
- **6.3** A licitante participante deverá apresentar juntamente com o Anexo II deste Edital (Formulário Padronizado de Proposta) os seguintes documentos:
- a) Declaração da licitante, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, se caso seja vencedora, se compromete a apresentar no ato da assinatura do instrumento de Contrato, original ou cópia autenticada da apólice de seguros, de acordo com o subitem 3.3 deste Edital, conforme modelo do Anexo IX.
- b) Declaração da licitante, devidamente assinada pelo responsável, de que no caso do veículo ou ônibus apresentar qualquer defeito mecânico, ou por qualquer motivo fique impossibilitado de trafegar, será providenciada sua imediata substituição, conforme modelo do Anexo X.
- **6.4** No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos como combustíveis, manutenção dos veículos ou ônibus, consertos, reposição de peças, remuneração dos motoristas e taxa de administração, entre outros, quaisquer despesas decorrentes de impostos, taxas, encargos sociais, seguros que cubram danos pessoais (passageiros e condutores) e materiais a terceiros e outros custos de obrigações trabalhistas e previdenciárias, que recaiam sobre os serviços contratados, sem qualquer ônus ou solidariedade por parte do Município.
- **6.5** Não se admitirá proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, ou que apresentar preço global ou unitário inexequíveis, simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado acrescido dos respectivos encargos.

### 7. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- **7.1** No dia, hora e local designado no preâmbulo deste Edital, será aberta sessão pública para processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame e recebimento dos envelopes com propostas escritas e documentação de habilitação.
- **7.2** O Pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 01, contendo a Proposta de Preços Escritas ordenando-as em ordem crescente de preços e, em seguida, fará uma análise prévia dos preços, observando a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao preço total, procedendo-se às correções de eventuais erros, tomando como corretos e adotando como critério de aceitabilidade o preço **"Unitário"**.



CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- **7.3** Durante o julgamento e análise das propostas, será verificada, preliminarmente, a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste Edital, devendo ser classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances verbais, somente aquelas que atenderem plenamente a esses requisitos.
- **7.4** Após proceder conforme descrito no subitem anterior, o Pregoeiro selecionará as propostas para fase de lances, observando os seguintes critérios:
- a) classificará a licitante autora da proposta de menor preço por item e todas aquelas apresentadas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), em relação ao menor preço ofertado, disposto em ordem crescente, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances verbais.
- **b)** não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), incluindo a primeira classificada, quaisquer que sejam os preços ofertados, observado o subitem 6.1.6;
- c) havendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas selecionadas para a fase de lances, realizar-se á o sorteio para definir a ordem da apresentação dos lances.
- **7.4.1** No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- **7.5** O Pregoeiro convocará as licitantes selecionadas conforme item 7.4 para a apresentação de lances verbais, de forma sucessiva, de valores distintos e decrescentes, **iniciando-se** pelo autor da proposta de **maior preço**, seguindo-se das demais em ordem decrescente de valor.
- **7.6** O Pregoeiro, antes da etapa de lances, poderá estabelecer o intervalo mínimo entre os lances, para agilizar a sessão.
- **7.7 -** Na fase de lances verbais será permitido o uso de celulares pelos representantes para eventuais consultas telefônicas, os quais disporão até o máximo de 03 (três) minutos, por consulta.
- **7.8** Em observância à Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006, na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de aquisição para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- **7.8.1** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam superiores até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.



Fls	131
Rública:	e

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 7.9 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- **7.9.1** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- **7.9.2** Não ocorrendo o registro de preços na forma do subitem 7.9.1 deste Edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.8.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (inciso II do art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006).
- **7.9.3** Na hipótese do não registro de preços na forma do subitem 7.9 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (§ 1º do art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006).
- **7.9.4** O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (§ 2° do art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006).
- **7.10 –** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- **7.11 -** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital.
- **7.12** Não havendo mais interesse das licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO POR LINHA**.
- 7.13 Cumprido o disposto do item 7.12, para fins de celeridade do processo, será aberto o envelope de habilitação do licitante vencedor.
- 7.14 Declarada a vencedora da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto à vencedora, com imediata emissão da confirmação, que discriminará e documentará as condições específicas para a contratação.

### 8. DA HABILITAÇÃO E SEU JULGAMENTO



Fls	132
Rública:_	6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

**8.1** – Para habilitação neste Pregão, ultrapassada a fase de propostas, a licitante, detentora da melhor oferta, deverá comprovar, mediante apresentação no ENVELOPE n.º 02, os documentos a seguir relacionados, entregues de forma ordenada e numerados, de preferência, na seguinte ordem, de forma a permitir a maior rapidez na conferência e exame correspondentes:

#### 8.1.1 - Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações ou a respectiva consolidação, se houverem, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; ou ainda
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício.
- d) No caso de Sociedades que envolvem uma outra empresa jurídica como sócia junta-se para a habilitação o CNPJ da respectiva empresa.

Obs.: os documentos constantes no item acima poderão ser dispensados caso tenham sido apresentados na etapa de credenciamento.

#### 8.1.2 - Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Alvará de Localização e Funcionamento ou Alvará de Licença e Funcionamento, expedida pelo órgão competente da esfera Municipal da sede da licitante, para exercer atividade pertinente com o objeto licitado, que esteja dentro do prazo de validade.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pelo Ministério da Fazenda (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual (Certidão Negativa de Débitos Gerais, compreendendo todos os tributos de competência do Estado), emitida



Fls.	133
Rública:_	E

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.

- e) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal (Certidão Negativa de Débitos Gerais, compreendendo todos os tributos de competência do Município), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, mediante apresentação de certidões negativas de competência municipal:
- I) Para os municípios que emitem prova de regularidade para com a Fazenda Municipal em separado, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão de Tributos Mobiliários (Ex.: IPTU e ISSQN respectivamente);
- II) Caso a certidão não inclua todos os Tributos (mobiliários e imobiliários) e a proponente não possua imóvel cadastrado em seu nome deverá apresentar documento emitido pela Prefeitura Municipal que comprove tal fato ou certidão negativa de imóvel expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, da sede da licitante.
- f) Prova de regularidade relativa à seguridade social demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante os seguintes documentos:
- f.1) Certificado de Regularidade de Situação CRS, perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço / FGTS;
- g) ) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho-TST, de acordo com a Lei n.º 12.440, de 07 de julho de 2011.

#### 8.1.3 – Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, realizada através da apresentação de atestado de capacidade técnica fornecida por pessoa jurídica de direito público, comprovando que a licitante prestou ou está prestando, satisfatoriamente, serviços de transporte escolar.
- a) Atestado de Visita Técnica fornecido pela Secretaria Municipal de Educação de que a licitante, através de seu representante legal visitou e conhece o percurso das linhas constantes no Anexo VIII deste Edital, bem como tomou conhecimento de todas as informações inerentes ao fiel cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

# 8.1.4 - Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:



Fls.	134
Rública:_	e

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Devendo vir acompanhadas de cópia dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, contendo o número de registro da Junta Comercial, bem como a identificação da assinatura do titular ou representante legal da empresa e do contabilista responsável pela escrituração.
- a.1) Quando se tratar de pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade anônima, admitir-se-á a apresentação do balanço patrimonial devidamente registrado, acompanhado de cópia da respectiva publicação em Diário Oficial.
- a.2) As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência devem cumprir a exigência contida no inciso I, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.
- a.3) Somente serão válidos o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício financeiro.
- a.4) Poderão ser exigidas das empresas para confrontação com as Demonstrações Contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.
- b.) Índice de Solvência, calculado em documento anexo ao balanço patrimonial, devendo ser obrigatoriamente assinado pelo contabilista responsável.

b.1) A	A análise da	qualificação	econômico-	financeira	será	feita	da	seguinte	forma:
b.2)	Solvência G	eral (SG)							

Onde:

SG = Ativo Total > 1

Passivo Circulante + Passivo Exigível à Longo Prazo

- b.3) Estarão habilitadas neste item somente as empresas que apresentarem resultado maior a 1 (um) no índice(SG).
- c) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.1.5 Declaração, observadas penalidades cabíveis, de superveniência de fatos impeditivos da habilitação, conforme Anexo IV deste Edital.
- 8.1.6 Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou



Fls.	135
Rública:_	C
	A STATE OF THE PARTY OF THE PAR

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (na forma do Anexo V deste Edital).

#### 8.1.5 - Demais Documentos:

- a) Declaração, observadas penalidades cabíveis, de superveniência de fatos impeditivos da habilitação, conforme Anexo IV deste Edital.
- b) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (na forma do Anexo V deste Edital).
- c) Declaração da licitante, em papel timbrado da empresa de que deverá apresentar os documentos exigidos para assinatura do contrato, caso seja vencedora (na forma do Anexo XI deste Edital);
- **8.3** Os documentos solicitados que por sua natureza devam ser expedidos por órgão público, deverão estar no prazo de validade neles previstos, e todos os demais que não conste expressamente seu prazo de validade, considerar-se-ão válidos por 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão, à exceção de atestado (s) de capacidade técnica que não será (ão) objeto de aferição quanto a esse aspecto.
- **8.4 -** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- a) Em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo;
- b) Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- **8.5** Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticado por cartório competente ou pelo Pregoeiro Oficial, ou publicação em órgão da imprensa oficial.



Fls	136
Rública:_	e

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- **8.5.1** Os documentos de habilitação poderão ser autenticados pelo Pregoeiro até as 11:00 horas do último dia útil que anteceder a data marcada para abertura dos envelopes Proposta e Documentação, mediante a apresentação dos originais;
- 8.5.2 Serão aceitas somente cópias legíveis;
- 8.5.3 Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
- **8.5.4** O Pregoeiro reservar-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- **8.6** Com relação à documentação de regularidade fiscal, sendo a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, a mesma deverá apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, mesmo que apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006).
- **8.6.1** Sendo a proponente vencedora microempresa ou empresa de pequeno porte, e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, serlhe-á assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, com termo inicial a partir da publicação do aviso de resultado, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, através do Pregoeiro, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (§ 1º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006 alterado pela Lei Complementar Federal 147 de 07 de Agosto de 2014).
- **8.6.2** A não-regularização da documentação, no prazo concedido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8. 666/93 de 21.06.1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (§ 2º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 de 14.12.2006).
- **8.7** Após examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação das licitantes, mediante confronto com as condições deste Edital, serão desqualificados e não aceitos aqueles que não atenderem às exigências aqui estabelecidas.
- **8.8** Quando todas as licitantes forem inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos escoimados das causas referidas no ato inabilitatório.
- **8.8.1** Serão exigidos para reapresentação apenas os documentos desqualificados e não aceitos;
- 8.8.2 As licitantes poderão abdicar do prazo estabelecido, de comum acordo.



### PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

#### 9. DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO

- **9.1** Qualquer interessado poderá, até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão de processamento do Pregão, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital, sob pena de decadência de fazê-lo administrativamente.
- **9.1.1** No caso de impugnação a petição deverá ser protocolizada no Protocolo Geral do Município contendo os documentos necessários para a perfeita identificação da impugnante, bem como de documentos onde seja possível a verificação da capacidade de representação do signatário, sob pena de não conhecimento.
- **9.2 -** A petição deverá ser dirigida ao Pregoeiro, devendo o mesmo decidir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ou conforme a complexidade poderá submetê-la à Procuradoria Jurídica para análise e parecer;
- **9.2.1** Não sendo possível a decisão administrativa pertinente antes da data fixada para a realização deste Pregão, deverá o impugnante participar normalmente do certame até que haja o mérito relativo a impugnação.
- **9.3** Acolhida a impugnação ao ato convocatório, ou não sendo possível a decisão administrativa pertinente antes da data fixada para a realização deste Pregão, será designada nova data para realização do certame, com a devida publicidade, inclusive das alterações, se houverem.
- **9.4** A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pela licitante deverá ser feita ao Pregoeiro imediatamente após a declaração do (s) vencedor (es).
- **9.5** A licitante na sua manifestação explicitará, necessariamente, a motivação consistente que será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.
- **9.6** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso pela licitante, implicará na decadência desse direito, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à (s) licitante (s) vencedora (s).
- 9.7 Admitido o recurso, a licitante terá o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões recursais escritas, dirigidas ao Pregoeiro, que deverá ser protocolizada no Protocolo Geral do Município contendo os documentos necessários para a perfeita identificação da recorrente, e estará disponível às demais licitantes classificadas, para impugná-lo ou não, apresentando suas contra-razões em até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata em cartório dos autos do Pregão.



Fls.	138
Rública:	05

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- **9.8** As licitantes que desejarem impugnar o (s) recurso (s) ficarão intimadas a fazê-lo desde a reunião de realização deste Pregão.
- **9.9** Uma vez tempestivo, o Pregoeiro receberá o recurso, declarando o seu efeito suspensivo, e encaminhará à Procuradoria Jurídica para análise e parecer, sendo a decisão proferida pela autoridade competente responsável pela homologação da licitação.
- **9.10** O provimento quanto ao mérito do recurso pela autoridade competente implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- **9.11 -** Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente poderá adjudicar o objeto do Pregão à licitante vencedora, e em consequência homologar o procedimento licitatório.

#### 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **10.1.** Homologada a licitação será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional de prestação de serviços, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para os serviços, nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os serviços pelo preço do primeiro menor preço, obedecidos à ordem de classificação e os quantitativos propostos.
- **10.2.** O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.
- **10.2.1**. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.
- **10.3.** Colhidas as assinaturas, o Departamento de Licitações e Compras providenciará a imediata publicação da Ata no Diário Oficial do Município.
- **10.4.** As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.
- **10.5.** Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.



Fls.	39
Rública:_	0

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

**10.6.** Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

**10.7.** A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

### 11. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **11.1.** A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretaria Municipal de Educação de Sidrolândia, Estado do Mato Grosso do Sul na qualidade de Usuárias da Ata.
- **11.2.** Caberá a Usuária da Ata a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.
- **11.3.** As Usuárias da Ata deverão informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.
- **11.4.** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.
- **11.4.1** As Adesões previstas na forma do item acima não poderá exceder ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- **11.5.** O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas neste edital.
- 11.6. O Município de Sidrolândia não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

#### 12. DA PRESTAÇÃO, DO LOCAL, ACEITE E RECEBIMENTO.

**12.1.** A Ata de Registro de Preços será utilizada para futura Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Transporte escolar de alunos da Rede Municipal, quando solicitado pela Secretaria Municipal de Educação.



Fls.	140
Rública:_	0

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- **12.2.** Cada contratação deverá ser efetuada mediante emissão ordem de serviço ou documento equivalente distinto, formalizada pela Contratante participante da Ata de Registro de Preços e autorizada pelo Órgão Gerenciador, dela constando: a data, a linha e o período;
- **12.2.1.** A(s) empresa(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de serviços efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se o serviço ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- **12.3.** O trajeto das linhas será estabelecido em cada Ordem de Início Serviços e no contrato, conforme a unidade de trabalho, sempre dentro do Município de Sidrolândia.
- **12.3.1.** O recebimento dos serviços prestados somente se efetivarão, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:
- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- **b)** definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;
- **12.3.2.** Serão recusados os serviços que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados.
- **12.4.** Caso a(s) prestadora(s) classificada(s) em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para prestar o serviço, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
- **12.6.** A segunda classificada só poderá prestar serviços à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelada.
- **12.7.** Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de serviço, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o objeto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da prestação de serviço, além das demais exigências legais.



1 1
6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

**12.8.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

#### 13. DA CONTRATAÇÃO

- **13.1.** As obrigações decorrentes da prestação de serviços constantes do Registro de Preços serão firmadas com o Município de Sidrolândia, por meio de contrato ou instrumento nos termos do Anexo VI.
- **13.2** O prazo para assinatura do contrato será de até 03 (três) dias úteis, após regular convocação pelo Município de Sidrolândia/MS.
- **13.3-** Para assinatura do instrumento contratual a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:
  - a) Cópia da habilitação específica para transporte de escolares dos motoristas que irão prestar serviços (art. 138, inciso V, da Lei nº. 9.503/97).
  - b) Cópia da vistoria realizada no veículo que prestará os serviços, especificamente quanto aos equipamentos de segurança obrigatórios para transporte escolar, conforme determinado no Código de Trânsito Brasileiro Lei N°. 9.503/97, realizada pelo **DETRAN**, e com data não superior a 06 (seis) meses.
  - c) Cópia da **AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE ESCOLAR** dos veículos que irão prestar os serviços, conforme determinado no Código de Trânsito Brasileiro Lei N°. 9.503/97, realizada pelo DETRAN.
  - d) Cópia dos documentos relativos ao (s) veículo (s) que prestará (ão) o (s) serviço (s) válido (s), inclusive Seguro Obrigatório, sendo que os mesmos deverão estar no nome da empresa vencedora da linha ou, com comprovação de propriedade.
  - e) Documentos dos funcionários contratados, que comprove o vínculo empregatício com a empresa para exercerem tal serviço.
  - f) Certidão Negativa do registro de distribuição criminal, do condutor relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização; art.329 CTB;
  - g) No ato da assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar a Apólice de seguro contra danos materiais e pessoais (na apólice deverá



Fls	142
Rública:_	6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

constar a placa dos veículos), conforme exigência constante no subitem 2.3 deste Edital;

- h) Laudo de inspeção realizada pelo Departamento Municipal de Trânsito do Município.
- **13.4** Na hipótese da licitante convocada não assinar o contrato no prazo mencionado no subitem anterior, o Município de Sidrolândia /MS convocará a licitante remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.
- **13.5** O preço contratado compreende todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que sujeito.
- 13.6 A empresa vencedora da licitação que não tenha sede no Município de Sidrolândia MS, deverá manter 01 (um) escritório com estrutura para estacionamento dos ônibus, para que a fiscalização do Município possa efetuar vistorias nos ônibus periodicamente. A empresa deverá cumprir a exigência deste item no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do instrumento contratual.
- **13.7** A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão à Secretaria Municipal de Educação, através de servidores designados, para diariamente fiscalizar a prestação dos serviços.
- **13.8** Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso, em qualquer época, aos veículos ou ônibus destinados aos servicos contratados.
- 13.9 A Administração poderá obrigar a contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, incluindo empregados em serviço, se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou do material empregado.
- **13.10** O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/133, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.
- **13.11 –** O prazo de vigência do contrato será até 31.12.2018, com termo inicial a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.12 O contratante poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato em 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, I, "letra b" c.c. § 1º da Lei Federal nº 8. 666/93.



CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

**13.13** - A contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

- 13.14 Durante o prazo de vigência do Contrato Administrativo, o Município poderá a qualquer momento realizar os serviços com seus próprios veículos, ficando facultada a escolha da (s) linha (s) ora contratada (s), sem direito a indenização por parte do Município.
- 13.14.1 Quando ocorrer o que fora mencionado no subitem 13.14, o Município irá comunicar a empresa contratada para que a mesma paralise os serviços no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento, sendo que a referida comunicação será publicada no Diário Oficial do Município, para fins de publicidade.

#### 14. DO PREÇO REGISTRADO EM ATA E REVISÃO

- **14.1.** Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- **14.2.** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Pregoeiro notificará o prestador com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
- **14.3.** Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Pregoeiro formalmente desonerará a prestadora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
- **14.4.** Simultaneamente procederá a convocação das demais prestadoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
- **14.5.** Na ocorrência de cancelamento do registro de preço para o item, poderá a Prefeitura Municipal de Sidrolândia MS solicitar nova licitação para o serviço, sem que caiba direito de recurso.

#### 15. DO PAGAMENTO

**15.1.** Os pagamentos devidos à contratada serão efetuados em conta corrente, a prazo, em até 30 (trinta) dias, após realizadas as medições efetuadas por Km rodado, emitidas pela Secretaria Municipal de Educação, conforme dispõe o art. 40, Inciso XIV, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/93, e mediante a apresentação de faturas ou notas fiscais devidamente atestadas e visadas, por funcionários deste Município.



Fls	144
Rública:	e

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- **15.1.1** Será efetuada a Retenção para a Previdência Social de acordo com a legislação pertinente
- **15.2.** Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- **15.3.** Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.
- **15.4.** Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- **15.5.** Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- **15.6.** A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- **15.7.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Prestadora do prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

#### 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **16.1.** Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da prestadora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido ressalvado os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a prestadora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:
- ${f I}$  Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;
- II Cancelamento do preço registrado;
- III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 02 (dois) anos.



Fls	145
Rública:_	0
	The second secon

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- **16.2.** As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 16.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:
- I Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- II Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,
- III Cancelamento do preço registrado.
- **16.4.** Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- I Advertência, por escrito, nas faltas leves;
- II Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;
- III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 02 (dois) anos;
- **IV** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- **16.5.** A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **16.6.** Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:
- I Suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.
- **16.7.** A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou



Fls	146
Rública:_	6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

- **16.8.** Fica garantido à prestadora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.
- **16.9.** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.
- **16.10.** As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.
- **16.11.** Competirá a cada usuária da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 16.1 e seus incisos, e no inciso lll, subitem 16.3.
- **16.12.** A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 16.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima da Prefeitura Municipal de Sidrolândia MS, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 16.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.
- **16.13.** O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.
- **16.14.** As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Sidrolândia, Estado do Mato Grosso do Sul.

#### 17. DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

- **17.1.** A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem prestadoras registradas e, por iniciativa da Prefeitura Municipal de Sidrolândia MS quando:
- **17.1.1.** A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;



Fls	147
Rública:	6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- **17.1.2.** Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;
- **17.1.3.** Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;
- **17.1.4.** Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 78 e seguintes da Lei n. 8.666/83;
- 17.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.
- **17.2.** Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da prestadora com classificação imediatamente subsequente.
- **17.3.** Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

#### 18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**18.1.** As despesas decorrentes das contratações da presente licitação correrão a cargo da Secretaria Municipal de Educação, usuária da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

#### 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **19.1.** Serão desclassificadas as propostas que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, que consignarem descontos excessivos ou manifestamente inexequíveis, preço global ou unitário por lote simbólicos, irrisórios ou cotação de valor zero.
- 19.2. É facultado ao pregoeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria ser apresentado em sessão pública da licitação.
- **19.3.** Fica assegurado ao Sr. Prefeito Municipal, no interesse da administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, observada as disposições contidas no art. 49 da Lei n. 8.666/93 e arts. 17 e 18 do Decreto Municipal n. 101/2013.



Fls.	148
Rública:_	e

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- **19.4.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) pregoeiro (a).
- **19.5.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidades das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, pelo custo da preparação e apresentação dos documentos, independentemente do resultado do processo licitatório.
- **19.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, salvo comunicação ao contrário.
- **19.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só iniciam e vencem os prazos em dias de expediente.
- **19.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e da exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública da licitação.
- **19.9.** As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem o comprometimento dos princípios que regem a lei.
- 19.10. O ato de homologação do procedimento não confere o direito à contratação.
- **19.11.** Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) pregoeiro (a) com base na legislação vigente.
- **19.12.** Os envelopes contendo a "documentação e propostas" eliminadas do certame ficarão à disposição dos licitantes pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis do encerramento da licitação, após este período serão destruídos.
- **19.13.** As decisões do pregoeiro serão consideradas definitivas somente após homologação do procedimento pelo Sr. Prefeito Municipal.
- **19.14.** Informações ou esclarecimentos adicionais sobre a presente licitação somente serão admitidas por escrito, endereçadas ao Departamento de Licitação e Compras, localizado na Rua São Paulo, nº 964, centro, CEP 79.170-000, neste Município, até o segundo dia que anteceder a data de recebimento dos envelopes I e II no horário de 7h00min às 11h00min.
- 19.15 Fica eleito o foro da cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do



Fls.	149
Rública:	0
The second second	

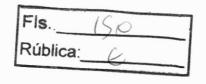
CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

Sul, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

Sidrolândia/MS, 04 de Setembro de 2018.

RENATO DA SILVA SANTOS Secretário Municipal de Fazenda, Tributação e Gestão estratégica





CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

#### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2394/2018

**OBJETO:** O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Transporte escolar de alunos da Rede Municipal, referente a linha Fazenda Cruzeiro - Sidrolândia, durante os dias letivos do ano de 2018, conforme Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação de acordo com o Mapa da linha e sua respectiva quilometragem, constante no Anexo VIII deste edital.

**JUSTIFICATIVA:** Atender as necessidades de transporte escolar de alunos para o exercício de 2018.

PRAZO MÁXIMO PARA INICIO DOS SERVIÇOS: 03 (três) dias úteis a partir da assinatura do contrato.

ADJUDICAÇÃO DO OBJETO: menor preço unitário por linha

<u>VALOR ESTIMADO</u>: Sob pena de desclassificação da proposta o valor proposto deverá respeitar os seguintes valores para a linha:

ITE M	DESCRIÇÃO	DL	KM DIA	KM TOTAL	VALOR UN/KM	VALOR TOTAL
1	Linha Fazenda Cruzeiro - Sidrolândia	102	212,8	21.705,60	R\$ 3,85	R\$ 83.566,56
TOTAL R\$						R\$ <b>83.566,56</b>

**CONTRATAÇÃO:** Para assinatura do instrumento contratual a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Cópia da habilitação especifica para transporte de escolares dos motoristas que irão prestar serviços (art. 138, inciso V, da Lei nº. 9.503/97).
- b) Cópia da vistoria realizada no veículo que prestará os serviços, especificamente quanto aos equipamentos de segurança obrigatórios para transporte escolar, conforme determinado no Código de Trânsito Brasileiro Lei N°. 9.503/97, realizada pelo DETRAN.



CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- c) Cópia da AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE ESCOLAR dos veículos que irão prestar os serviços, conforme determinado no Código de Trânsito Brasileiro Lei Nº. 9.503/97, realizada pelo DETRAN.
- d) Cópia dos documentos relativos ao (s) veículo (s) que prestará (ão) o (s) serviço (s) válido (s), inclusive Seguro Obrigatório, sendo que os mesmos deverão estar no nome da empresa vencedora da linha ou, com comprovação de propriedade.
- e) Documentos dos funcionários contratados, que comprove o vínculo empregatício com a empresa para exercerem tal serviço.
- f) Certidão Negativa do registro de distribuição criminal, do condutor relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização; art.329 CTB;
- g) No ato da assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar a Apólice de seguro contra danos materiais e pessoais (na apólice deverá constar a placa dos veículos), conforme exigência constante no subitem 2.3 deste Edital;
- h) Laudo de inspeção realizada pelo Departamento de Transporte Escolar.

RENATO DA SILVA SANTOS Secretário Municipal de Fazenda, Tributação e Gestão estratégica



Fls	152
Rública:_	E

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA **ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

FORNECEDOR

#### ANEXO II - FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2394/2018

/				9	CNPJ/MF	
Tran Secr	ETO: Contratação de emp sporte escolar de alunos de etaria Municipal de Educa emetragem constante a seg	la Rede N ção de ac	Municipa	al, conform	ie Calendário	Escolar da
ITE	DESCRIÇÃO	DL	KM	KM	VALOR	VALOR
M	BBSCNQAO	Du	DIA	TOTAL	UN/KM	TOTAL
1	Linha Fazenda Cruzeiro Sidrolândia	102	212,8	21.705,60	R\$	R\$
		'		•	TOTAL R\$	R\$
- PR	TAL GERAL DA PROPOS?		ços:			
- VA	LIDADE DA PROPOSTA:					
- LO	CAL E DATA:					
- TE	LEFONE: B	ANCO: _		AG:	cc:	

Carimbo do CNPJ/MF e assinatura do representante legal da empresa



Fls.	153
Rública:	e

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31 ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

nos termos di plenamente o	lo Inciso V	II, art.	4° da Lei pilitação ex	situada , <b>declara,</b> sob a Federal nº 10.520/20 iigidos no Edital de <b>Pr</b> inistrativo nº <b>2394/2</b> 0	02, que cumpre regão Presencial
Por ser expres	ssa manifes	stação da	a verdade,	firmo o presente.	
		_ ()	, de	de 2.01	8.
	cidade		estado	)	

Carimbo do CNPJ/MF e assinatura do Representante legal da empresa



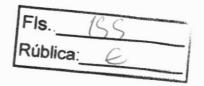
Fls.	154
Rública:_	<u>e</u>

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31 ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS

impeça a nos informar a superveniente	eclaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fatos que sa empresa de participar de licitações públicas, e compromete-se qualquer tempo, sob as penas da Lei, a existência de fatos es impeditivos da sua habilitação, na forma determinada no § 2°, do Federal nº 8.666/93
_	///
	Assinatura do representante legal da empresa
NOME:	
_	RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
	RAZAO SOCIAL DA EMPRESA
	N° DO CNPJ/MF DA EMPRESA





CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

#### ANEXO V

## DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Pregão Presencial nº 60/2018 Processo Administrativo nº 2394/2018

sob o nº		nor intermédio	inscrito no	CNPJ/MI
legal o (a) Sr (a)		, por	tador (a) da (	Carteira de
Identidade nº <b>DECLARA,</b> para fins do disp 21 de junho de 1.993, acres não emprega menor de deze não emprega menor de deze	posto no incis cido pela Lei oito anos e t	so V do art. 27 da l nº 9.854, de 27 de	Lei Federal n' e outubro de	° 8.666, de 1.999, que
Ressalva: emprega menor, a	partir de qu	atorze anos, na coi	ndição de apr	endiz ( ).
MS	S, de	d	e 2018	
Assinatur	a do represe	ntante legal da em	 presa	

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Fls.	56
Rública:_	6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

#### ANEXO VI

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº...../2.018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2394/2018 Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de\_\_\_\_ de 2018, na sede do Município de Sidrolândia-MS, situada na Rua São Paulo, n°964, centro, CEP 79.150-000, Sidrolândia – MS, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Marcelo de Araújo Ascoli, brasileiro, casado, portador do RG n.º 000.406.049 SSP/RS e CPF/MF n.º 519.593.991-87 residente e domiciliado na Rua Goiás, 251, centro, Sidrolândia – MS e do outro lado as empresas a seguir descritas e qualificadas (dados das empresas), nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais nº100/2013 e nº101/2013, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Administrativo nº 2394/2018 e HOMOLOGADA nos autos, referente ao Pregão Presencial nº 60/2018, consoante as seguintes cláusulas e condições:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Transporte escolar de alunos da Rede Municipal, referente a linha Fazenda Cruzeiro - Sidrolândia, durante os dias letivos do ano de 2018, conforme Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação de acordo com o Mapa da linha e sua respectiva quilometragem, constante no Anexo VIII deste edital.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para prestação de serviços nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o



Fls.	157
Rública:	C

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

caso, com as demais classificadas que aceitarem prestar os serviços pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

- 2.2. O Pregoeiro convocará formalmente as prestadoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Precos.
- 2.2.1.O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela prestadora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.
- 2.3. Colhidas as assinaturas, a Secretaria Municipal de Finanças providenciará a imediata publicação no Diário Oficial do Município.
- 2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.
- 2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.
- 2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e serviços, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.
- 2.7. A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

- 3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretaria Municipal de Educação Prefeitura Municipal de Sidrolândia, Estado do Mato Grosso do Sul.
- 3.2. Caberá a Usuária da Ata a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.
- 3.3. A Usuária da Ata deverá informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.



Fls.	158
Rública:	0

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.
- 3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.
- 3.6. O Município de Sidrolândia não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO, DO LOCAL, ACEITE E RECEBIMENTO.

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para futura Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Transporte escolar de alunos da Rede Municipal, quando solicitado pela Secretaria Municipal de Educação.
- 4.2. Cada contratação deverá ser efetuada mediante emissão ordem de serviço ou documento equivalente distinto, formalizada pela Contratante participante da Ata de Registro de Preços e autorizada pelo Órgão Gerenciador, dela constando: a data, a linha e o período;
- 4.2.1. A(s) empresa(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de serviços efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se o serviço ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 4.3. O trajeto das linhas será estabelecido em cada Ordem de Início Serviços e no contrato, conforme a unidade de trabalho, sempre dentro do Município de Sidrolândia.
- 4.3.1. O recebimento dos serviços prestados somente se efetivarão, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:
- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;



59
E

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 4.3.2. Serão recusados os serviços que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados.
- 4.4. Caso a(s) prestadora(s) classificada(s) em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para prestar o serviço, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
- 4.6. A segunda classificada só poderá prestar serviços à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.
- 4.7. Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de serviço, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da prestação de serviço, além das demais exigências legais.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. As obrigações decorrentes da prestação de serviços constantes do Registro de Preços serão firmadas com o Município de Sidrolândia, por meio de contrato ou instrumento nos termos do Anexo VI.
- 5.2 O prazo para assinatura do contrato será de até 10 (dez) dias, após regular convocação pelo Município de Sidrolândia/MS.
- 5.3- Para assinatura do instrumento contratual a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:
  - a) Cópia da habilitação específica para transporte de escolares dos motoristas que irão prestar serviços (art. 138, inciso V, da Lei nº. 9.503/97).
  - b) Cópia da vistoria realizada no veículo que prestará os serviços, especificamente quanto aos equipamentos de segurança obrigatórios para transporte escolar, conforme determinado no Código de Trânsito Brasileiro Lei N°. 9.503/97, realizada pelo **DETRAN**.
  - c) Cópia da AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE ESCOLAR dos veículos que irão prestar os serviços, conforme determinado no Código de Trânsito Brasileiro Lei Nº. 9.503/97, realizada pelo DETRAN.
  - d) Cópia dos documentos relativos ao (s) veículo (s) que prestará (ão) o (s) serviço (s) válido (s), inclusive Seguro Obrigatório, sendo que os mesmos



Fls.	160
Rública:_	6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

deverão estar no nome da empresa vencedora da linha ou, com comprovação de propriedade.

- e) Documentos dos funcionários contratados, que comprove o vínculo empregatício com a empresa para exercerem tal serviço.
- f) Certidão Negativa do registro de distribuição criminal, do condutor relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização; art.329 CTB;
- g) No ato da assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar a Apólice de seguro contra danos materiais e pessoais (na apólice deverá constar a placa dos veículos), conforme exigência constante no subitem 2.3 deste Edital;
- h) Laudo de inspeção realizada pelo Departamento Municipal de Trânsito.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E REVISÃO

- 6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
- 6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
- 6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
- 6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá a Prefeitura Municipal de Sidrolândia MS solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos devidos à contratada serão efetuados em conta corrente, a prazo, em até 30 (trinta) dias, após realizadas as medições efetuadas por Km



Fls.	161
Rública:_	E
	Name and Address of the Owner, where the Party of the Owner, where the Owner, which is the Owner, where the Owner, which is the Owner, where the Owner, which is t

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

rodado, emitidas pela Secretaria Municipal de Educação, conforme dispõe o art. 40, Inciso XIV, alínea "a" da Lei Federal nº8.666/93, e mediante a apresentação de faturas ou notas fiscais devidamente atestadas e visadas, por funcionários deste Município.

- **7.1.1** Será efetuada a Retenção para a Previdência Social de acordo com a legislação pertinente
- **7.2.** Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- **7.3.** Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- **7.4.** Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.
- **7.5.** Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- **7.6.** Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- **7.7.** A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- **7.8.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Prestadora do prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

### 8. CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:



Fls.	102
Rública:	e

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- I Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;
- II Cancelamento do preço registrado;
- III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.
- 8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:
- I Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- II Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,
- III Cancelamento do preço registrado.
- 8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- I Advertência, por escrito, nas faltas leves;
- II Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;
- III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.
- 8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:



Fls. 163	
Rública:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- I suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.
- 8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.
- 8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.
- 8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.
- 8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.
- 8.11. Competirá a Prefeitura Municipal de Sidrolândia MS, na qualidade de Usuária da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 9.1 e seus incisos, e no inciso lll, subitem 9.3.
- 8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 9.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima da Prefeitura Municipal de Sidrolândia MS, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.
- 8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.
- 8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Sidrolândia, Estado do Mato Grosso do Sul.



Fls	164	
Rública	: E	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

#### 9. CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

- 9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa da Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS quando:
- 9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- 9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;
- 9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;
- 9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93;
- 9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.
- 9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subsequente.
- 9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** As despesas decorrentes das aquisições da presente licitação correrão a cargo da Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS e suas Secretarias, usuárias da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

### 11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PREÇO REGISTRADO

**11.1.** Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço por item, HOMOLOGADO a classificação das empresas conforme abaixo especificadas, as empresas vencedoras ficam assim registrados:



Fls	165
Rública:_	E

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ITE M	DESCRIÇÃO	DL	KM DIA	KM TOTAL	VALOR UN/KM	VALOR TOTAL	DETENTORA
1	Linha Fazenda Cruzeiro - Sidrolândia	102	212,8	21.705,60	R\$	R\$	
					TOTAL R\$	R\$	

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

**12.1.** O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/93.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERÇEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**13.1.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos Municipais n.º 100/2013 e nº 101/2013, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

**14.1.** Fica eleito o foro da cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Marcelo de Araújo Ascoli **Prefeito** 

DETENTORAS DA ATA:		
EMPRESA:	 	
EMPRESA:		



Fls	166
Rública:	E

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2.018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2394/2018

interno, co C.N.P.J. so Municipal,	m sede ob o N' Marcel	na Rua \$ °.03.501.5 o de Ara	ROLÂNDIA - M São Paulo, nº 574/0001-31, újo Ascoli, br F/MF n.º 519.	964, Centr neste ato asileiro, ca	ro, nest repres asado,	ta cidade, sentado p portador	, inscri celo Pr do R	ito no refeito G n.º
			olândia – MS,					
empresa .	Í		,				inscrit	
CNPJ/MF	sob o	n.° _		,	com	estabele	ciment	o na
			, na	cidade				,
doravante	deno	minada	Contratado,	represer	ntada	neste	ato	por
			, brasile	iro, portad	or da c	carteira d	e ident	idade
tipo RG n.º			, emitida pela	SSP/, e	do CPF	r n.°		,
homologaçã	ão do p	rocesso d	to, cuja celeb e <b>Pregão Pres</b>	sencial Nº	60/20	18 - RE	GISTR	O DE
			Lei Federal idições que se	,			ial red	lação,

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:** O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, objetivando o registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal, referente a linha fazenda cruzeiro - Sidrolândia, durante os dias letivos do ano de 2018, conforme calendário escolar da secretaria municipal de educação de acordo com o mapa da linha e sua respectiva quilometragem, constante no anexo VIII deste edital.

- § 1º Os ônibus e/ou veículos contratados para o transporte deverão, em boas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente, de acordo com o art. 136 e 137 do CTB Código Nacional de Trânsito Lei nº 9.503, de 23.09.97 e o manual DETRAN Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul.
- **§ 2º** Os ônibus e/ou veículos poderão ser adaptados para acomodar a quantidade necessária de alunos em cada linha, desde que seja respeitada a legislação pertinente.
- § 3º A Contratada vencedora de cada linha responderá pela segurança do transporte, sendo de sua responsabilidade qualquer dano ocorrido com os passageiros e condutores, durante o percurso.



Fls	167
Rública:	9

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

**§ 4º** - Será obrigatório o seguro contra acidentes para todos os passageiros e condutores dos ônibus e/ou veículos, prevendo no mínimo cobertura por morte acidental R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e cobertura por invalidez por acidente R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS LINHAS CONTRATADAS:** A empresa contratada se responsabiliza de executar os serviços nas linhas abaixo discriminadas, durante os 102 (cento e dois) dias letivos, e de acordo com as especificações do ônibus e/ou veículo, conforme segue:

NÚMERO	ESPECIFICAÇÃO DO	PLACA	ANO DE
DA	VEÍCULO		FABRICAÇÃO
LINHA			•
1			

**Parágrafo Único** - havendo necessidade de substituição do veículo registrado acima, desde que aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e cumpridas as exigências da Clausula Sétima deste Contrato a alteração poderá ser realizada por meio de simples apostilamento sem a necessidade da elaboração de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO:** O objeto deste contrato será realizado por execução indireta, sob regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Dá-se a este contrato o valor global de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_\_\_), para a execução dos serviços previstos na cláusula primeira, e para a totalidade do período mencionado na cláusula quinta, e de acordo com os quilômetros rodados por linha, obedecendo os valores abaixo especificados:

LINHA	KM DIA	Q. DIAS LETIVOS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	NOME DA LINHA
1	212,8	102			FAZENDA CRUZEIRO/SIDROLÂNDIA
		TOTA	AL GERAL		

- § 1º Os pagamentos devidos a **Contratada** serão efetuados em conta corrente a ser fornecida pela contratada, a prazo, em até 30 (trinta) dias, após realizadas as medições efetuadas por Km rodado, emitidas pela Secretaria Municipal de Educação, e mediante a apresentação de faturas ou notas fiscais devidamente atestadas e visadas, por funcionários deste Município.
- § 2° Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) prestadora de serviços(s), de que se encontra regular com suas obrigações para



FIs	168
Rública:_	6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS;

- § 3º Será efetuada a Retenção para a Previdência Social de acordo legislação pertinente..
- **§ 4º** O critério de reajuste dos preços contratados será com base no Inciso XI do Art. 40, da Lei Federal n.º 8.666/93, em sua atual redação, e no mesmo percentual e data dos reajustes determinados pelo órgão competente do Governo Federal, ou da variação efetiva do custo da produção e preços atuais de mercado local ou regional, mediante pesquisa de preços, ou ainda na variação mensal do IPCA (IBGE).
- § 5º Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice IPCA (IBGE), a título de compensação financeira, que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.
- **§ 6° -** O preço contratado compreende todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que sujeito.
- § 7º Caso se faça necessária a retificação de fatura por culpa da Contratada, o prazo terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da fatura ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.
- **CLÁUSULA QUINTA O PRAZO**: O prazo de vigência do presente Contrato é até \_\_\_/\_\_\_/2018, contados a partir da data de sua assinatura.
- **PARÁGRAFO ÚNICO -** Havendo interesse da Administração, o presente Contrato poderá ser prorrogado nas seguintes hipóteses:
- I Nos casos previstos na legislação pertinente;
- II Havendo saldo remanescente quanto ao objeto contratado.
- **CLÁUSULA SEXTA DA DESPESA**: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, utilizando-se de recursos financeiros próprios do município:

3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



Fls	169	-
Rública:	E_	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Cabe ao Contratante, a seu critério e através da Secretaria Municipal de Educação, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de cumprimento do presente contrato, e, a Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo contratante, e demais obrigações abaixo especificadas:

- a) Obedecer às normas de trânsito;
- b) Cumprir os horários e trajetos fixados pelo Contratante;
- c) Proceder à substituição do ônibus e/ou veículo que apresentar qualquer defeito mecânico, ou por qualquer motivo fique impossibilitado de trafegar, será providenciada sua imediata substituição;
- d) Tratar com cortesia os alunos e os agentes de fiscalização do Contratante;
- e) Manter os ônibus e/ou veículos permanentemente limpos, em perfeitas condições de uso, com equipamentos necessários, inclusive os cintos de segurança, condições de higiene e funcionamento;
- f) Manter atualizado o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, bem como o seguro a todos os usuários que transportar;
- g) Manter atualizado os seguintes documentos do veículo: 1) Comprovação de Inspeção Semestral (art. 136, III do CTB); 2) Certificado de Propriedade do Veículo CRV; 3) Certificado de registro e licenciamento do veículo (CRLV), sendo que qualquer alteração ou emissão de novo documento, deverá ser encaminhado cópia ao setor responsável pelo controle na Prefeitura;
- h) Manter atualizado os seguintes documentos dos motoristas: 1) Carteira de Habilitação do Condutor - mínimo Categoria D; 2) Comprovação da aprovação em curso especializado (art.38, VI do CTB); 3) Comprovação de não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ainda ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses e Certidão Negativa do registro de distribuição criminal, do condutor relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização; art.329 CTB;
- i) Comunicar de imediato o contratante a cerca de substituição de motoristas, sendo que neste momento será exigido que o mesmo detenha os requisitos exigidos na alínea acima;



Fls	170
Rública:_	6
	The state of the s

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- j) Conduzir os alunos somente nos trajetos contratados, salvo com autorização escrita da Contratante;
- k) Responder judicial ou extrajudicialmente por todos e quais danos, inclusive por acidentes ou mortes decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus funcionários, prepostos contratados, causados ao Município, ou ao patrimônio pessoal, material ou moral de terceiros, que serão de inteira e exclusiva responsabilidade da contratada mantendo o Poder Público a margem de quaisquer ações judiciais ou extrajudiciais, reivindicações ou reclamações de qualquer natureza, em quais épocas e a qualquer título;
- Os alunos deverão ter exclusividade no transporte escolar, salvo quando houver atividades pedagógicas na escola, que exija a participação dos pais ou responsável pelos alunos.
- § 1º A Contratada assume, como exclusivamente suas, as responsabilidades pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros.
- § 2º Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado de notificação administrativa à Contratada, sob pena multa.
- § 3º O Contratante não respondera por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária, securitária, ou indenizações civis decorrentes de acidente de trânsito durante a execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.
- § 4° O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- § 5° O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 em sua atual redação, garantia previa e ampla defesa em processo administrativo.
- § 6° O valor das multas corresponderá a gravidade da infração, até o máximo de 2% (dois por cento) do valor do contrato, em cada caso.
- § 7º A multa prevista nesta cláusula não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



171
6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:** Constituem obrigações da Contratante, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes:

- a) Fornecer e colocar à disposição da empresa a ser contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;
- b) Notificar, formal e tempestivamente, a empresa a ser contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;
- c) Notificar a empresa a ser contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO: A rescisão do contrato poderá ser:

- I determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- II amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III judicial, nos termos da legislação;
- § 1° A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.
- § 2° A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica o presente contrato para todos os efeitos de Direitos, vinculado ao Edital de Licitação - Pregão Presencial nº 60/2018.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Os casos omissos neste instrumento, por ocasião da execução do objeto, serão aplicáveis a Legislação, pertinente a espécie, nos termos do inciso XII do Art. 55 da Lei n.º 8.666/93, em sua atual redação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Compete a Contratada manter, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Fls.	177
Rública:_	e

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - O Departamento de Contabilidade deste Município comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, nos termos do § 3° do Art. 55 da Lei n.º 8.666/93, em sua atual redação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO:** Dentro do prazo regulamentar, o Contratante providenciara a publicação em resumo, do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS TRIBUTOS E DESPESAS**: Constituíra encargos exclusivos da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO**: O foro do presente contrato será o da Comarca da cidade de Sidrolândia - MS, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado firmam o presente termo, com 2 (duas) cópias de igual teor, as partes contratantes e duas testemunhas que a tudo assistiram.

Marcelo de Araú	io Ascoli		
Des Colta Manualain	- 1	CONTRACTA	
Prefeito Municir	Dai	CONTRATADA	

Sidrolândia - MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2018.



Fls	173
Rública:_	6
rabilea.	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

#### ANEXO VIII ITINERÁRIOS DAS LINHAS

LINHA	DESCRIÇÃO	DIAS LET.	KM/ LINHA	VEÍCULO	ITINERÁRIO
1	Linha Fazenda Cruzeiro - Sidrolândia – 1 veículo (ônibus 39 lugares) com vistoria do Detran atualizada e banco com cinto de segurança. (Matutino)		21.705,60		



Fls	174
Rública:	6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31 ANEXO IX

(MODELO DE DECLARAÇÃO)

#### APÓLICE DE SEGURO

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº, com sede à (endereço completo), <b>declara</b> , sob as penas da lei, que, se caso seja vencedora, deverá apresentar no ato da assinatura do Contrato, original ou cópia autenticada da apólice de seguro contra acidentes para todos os passageiros e condutores dos ônibus e/ou veículos, prevendo no mínimo
cobertura por morte acidental R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e cobertura por invalidez por acidente R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com a exigência o subitem 3.3 deste Edital.
Local e Data

CARIMBO DO CNPJ/MF E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



Fls	75
Rública:_	C

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31 ANEXO X

(MODELO DE DECLARAÇÃO)

#### DISPONIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO

(NOME DA EMPRESA)	, in:	scrita no
	, com sede à (ender	
	declara, sob as penas da lei, que, se caso seja	·
vencedora, deverá no case	o do ônibus e/ou veículo apresentar qualquer def	eito
mecânico, ou por qualque	er motivo fique impossibilitado de trafegar, será	
providenciada sua imedia	ata substituição.	
Local e Data		

CARIMBO DO CNPJ/MF E ASSINATURA DO EPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



Fls	170
Rública:_	6

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

#### ANEXO XI

#### DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES NO CONTRATO

(NOME DA EMPRESA), CNPJ no, com sede à
(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que , se caso
seja vencedora, deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, cópia
autenticada dos seguintes documentos:

- a) Cópia da habilitação especifica para transporte de escolares dos motoristas que irão prestar serviços (art. 138, inciso V, da Lei nº. 9.503/97).
   b)
- c) Cópia da vistoria realizada no veículo que prestará os serviços, especificamente quanto aos equipamentos de segurança obrigatórios para transporte escolar, conforme determinado no Código de Trânsito Brasileiro Lei N°. 9.503/97, realizada pelo DETRAN.
- d) Cópia da AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE ESCOLAR dos veículos que irão prestar os serviços, conforme determinado no Código de Trânsito Brasileiro Lei Nº. 9.503/97, realizada pelo DETRAN.
- e) Cópia dos documentos relativos ao (s) veículo (s) que prestará (ão) o (s) serviço (s) válido (s), inclusive Seguro Obrigatório, sendo que os mesmos deverão estar no nome da empresa vencedora da linha ou, sendo em nome de terceiros, deverá ser apresentado documento de locação do veículo com validade mínima superior a data do contrato administrativo a ser firmado com esta Administração.
- f) Documentos dos funcionários contratados, que comprove o vínculo empregatício com a empresa para exercerem tal serviço (se for o caso).
- g) Certidão Negativa do registro de distribuição criminal, do condutor relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização; art.329 CTB;
- h) No ato da assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar a Apólice de seguro contra danos materiais e pessoais (na apólice deverá constar a placa dos veículos), conforme exigência constante no subitem 2.3 deste Edital.

Carimbo CNPJ e assinatura do declarante (representante legal da empresa)



Fls	177
Rública:_	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

#### ANEXO XII

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

	A Empresa	, inscrita no CNPJ/MF n°		
	por intermédio de seu representant	e legal o(a) Sr.(a)	, portador (a	
	da Carteira de Identidade nº	expedida pela	SSP/_ e de CPF n	
į	<b>DECLARA,</b> para	fins do disposto no item 3.3	.1 do Edital do Pregão	
	Presencial nº 68/2017, sob as sand		sob penas da Lei, que	
	esta empresa, na presente data, é c	onsiderada:		
( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3° da Lei Complementar n° 123/2006 ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3° da lei Complementa 123/2006.				
DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do pado artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.				
	(localidade), deo	de 2017		
/				
	(Representante Legal empresa)	Contado	r/Técnico e nº. CRC	

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.